



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL.

O MANAUSPREV, gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, criado pelo Município de Manaus, por meio da Lei n.º 870, de 21 de julho de 2005 como Serviço Social Autônomo, com alterações pela Lei 1.120 (11/05/2007), Lei 1.197 (31/12/2007), Lei 1.312 (21/01/2009), Lei 1.346 (07/07/2009), Lei 1.593 (27/09/2011), Lei 1.453 (26/04/2010), Lei 1.724 (30/04/2013), Lei 1.804 (29/11/2013), Lei 1.900 (20/08/2014), Lei 2.081 (30/12/2015), Lei 2.229 (03/07/2017), Lei 2.561 (20/12/2019) e Lei 2.742 (29/04/2021).

A Manaus Previdência – MANAUSPREV, criada como Autarquia pela Lei n.º 1.803, de 29 de Novembro de 2013, com início de suas atividades a partir de 02 de Janeiro de 2014, posteriormente reestruturada pela Lei n.º 2.419, de 29 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Município, Edição 4567, alterada pela Lei n.º 2.702, de 06 de novembro de 2020, inscrita sob o CNPJ n.º 07.637.990/0001-12. Integrante da Administração Indireta da Prefeitura de Manaus, dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com objetivo de administrar, gerir e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos do Município de Manaus. Seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal n.º 4.846 de 18/06/2020, o qual define suas finalidades, competências, estrutura organizacional e limites.

Com a nova reforma da previdência, a União alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias trazidas pela Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019. Dessa forma, a Manaus Previdência precisou adequar a legislação local à legislação federal quanto à alíquota de contribuição previdenciária do servidor (§4º do art. 9º c/c art.11, ambos da EC n.º 103/2019) e quanto à responsabilidade pelo pagamento dos benefícios limitados às aposentadorias e pensões, conforme a Lei Municipal n.º 2.742 de 29 de abril de 2021, publicado no DOM n.º 5085 de 29 de abril de 2021.

A Lei n.º 870, de 21 de julho de 2005, prevê o plano de benefícios como segue:

I – Plano de Benefícios

1) Quanto ao Segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria compulsória;
- c) Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria por idade;

2) Quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte.

A Manaus Previdência - MANAUSPREV promove a administração e a aplicação de recursos do Fundo Previdenciário, Fundo Financeiro e da Taxa de Administração, cuja função e funcionamento estão descritos a seguir:

- J) Fundo Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus, de natureza previdenciária e caráter permanente, atende ao pagamento dos benefícios aos segurados e seus dependentes, conforme segregação da massa prevista na Lei n.º 2.081 de 30 de Dezembro de 2016;
- J) Fundo Financeiro de Aposentadoria e Pensões do Município de Manaus, de natureza previdenciária e caráter temporário, atende ao pagamento dos benefícios dos segurados e seus dependentes, conforme segregação da massa prevista na Lei n.º 2.081 de 30 de Dezembro de 2016;
- J) Taxa de Administração, atende à Portaria SEPRT/ME n.º 19.451 de 18 de agosto de 2020 e à Lei Municipal n.º 2.742, de 29 de abril de 2021, objetiva a manutenção das atividades administrativas, com limite de até 2% apurados sobre o somatório da remuneração de contribuição dos servidores ativos vinculados ao RPPS no exercício financeiro anterior.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os novos procedimentos contábeis adotados no Brasil e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência – SPREV e Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8ª edição, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF/ME Nº 21, de 23 de fevereiro de 2021, bem como em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, Portaria STN n.º 753 de 21 de Dezembro e 2012, com detalhamento por meio das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC (atualizadas até 2020), Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC relativas aos Princípios de Contabilidade. Como fontes também foram consultados o Livro Contabilidade Aplicada ao RPPS – Autores Diana Vaz de Lima e Otoni Gonçalves Guimarães – 2009, a Portaria MPS n.º 916/2003 atualizada pelas Portarias/MPS n.º 1.768/2003, 66/2005 e 95/2007, trazendo a adequação dos procedimentos contábeis dos RPPS à Lei 4.320/1964, Portaria n.º 509/2013 e Portaria STN 634/2013, art. 11, que dispõe sobre a adoção do Plano de Contas - PCASP, Portaria n.º 386 de 08 de Julho de 2020, que trata do PCASP para 2021, orientações constantes do § 2º, art. 3º da Portaria STN 634/2013, Nota Técnica Conjunta SPPS/MPS, STN/MF n.º 001/2016 e Nota Técnica n.º 11/2016/CCONF/SUCON/ STN/MF-DF.

Em 2017, houve a continuidade ao alinhamento do Decreto n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015, em conformidade com a Portaria STN n.º 548, de 24 de Setembro de 2016, que dispõe sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, onde determina os prazos-limites para adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, e esta Manaus Previdência segue com a implantação dos demais procedimentos do Sistema Patrimonial.

Esta Manaus Previdência cumpre o que determina a Portaria n.º 896 de 31 de Outubro de 2017, alterada pela Portaria STN n.º 345 de 25 de Maio de 2018, onde estabelece a periodicidade, formato e sistemas relativos à disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, através da Matriz de Saldos Contábeis – MSC a partir de Julho de 2018, conforme item II, § 2º, artigo 8º, assim como as orientações a respeito do preenchimento da Matriz de Saldos Contábeis-MSC de Encerramento do Exercício na Nota Técnica nº 11577/2019/ME, Anexo I da Portaria STN nº 642 de 2019 e Portaria n.º 333/2017 que altera disposições das Portarias MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, e



n.º 402, de 10 de dezembro de 2008 (Atualizado pela Portaria SEPRT/ME n.º 19.451 de 18/08/2020), onde determina que os dados contábeis, orçamentários e fiscais do RPPS deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. No tocante a todos esses relatórios obrigatórios, esta Autarquia cumpre e tem seus relatórios consolidados com Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação – SEMEF, responsável pelo envio.

No fim do exercício de 2018 foi publicado no D.O.U. de 19/12/2018 a Portaria Conjunta n.º 877 de 18 de Dezembro de 2018, que aprovou as partes gerais, I, II, III, IV e V da 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), exceto, a Parte III dos Procedimentos Contábeis Específicos, referente ao Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que será aprovado em portaria específica posteriormente. Entretanto, com base na Instrução de Procedimentos Contábeis aplicados aos RPPS – IPC 14, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, esta Autarquia iniciou a implantação, adequação e procedimentos contábeis específicos junto ao Departamento de Contabilidade – DECON/SEMEF.

No exercício de 2021 foram adequadas as versões atualizadas das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, disponibilizadas no Portal do Tesouro Nacional, objetivando adequar às regras de preenchimento dos demonstrativos à 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP assim como às atualizações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e das classificações orçamentárias tanto de Receita quanto de Despesa através do Manual Técnico do Orçamento – MTO/2021.

As notas explicativas apresentadas neste relatório integram as demonstrações contábeis e fornecem informações Qualitativas, que são atributos que transformam as informações proporcionadas em úteis aos seus utentes. Dentre as características destacam-se:

- 1) Qualitativas Fundamentais: a Relevância, na qual as informações têm influências nas decisões econômicas que ajudam na avaliação dos acontecimentos passados, presentes ou futuros e a Representação Fidedigna, que descreve um fenômeno econômico em palavras e números retratando três atributos: completa, neutra e livre de erro. Vale ressaltar as características qualitativas de melhoria que auxiliam na decisão entre duas alternativas considerando sua relevância e fidedignidade;
- 2) Qualitativas de Melhorias: a Tempestividade, onde seus utentes têm disponíveis informações para tomada de decisões em tempo hábil, de forma a influenciá-los em suas decisões, e Compreensibilidade, que apresentam relatórios com clareza, características e classificações precisas, tornando-as compreensíveis.

Esta Autarquia é parte integrante da Administração Indireta, e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Manaus, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Administração Financeira Integrada Municipal – AFIM, fonte para as informações contidas nesta Nota Explicativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

É previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 07 (atualizada conforme disponibilização no Portal do Tesouro Nacional, em Janeiro 2020), que demonstram receitas estimadas e despesas fixadas (Resultado de autorização legislativa através da Lei Municipal n.º 2.723 de 30 de Dezembro de 2020, publicado do Diário Oficial do Município - DOM 4.997 de 30 de Dezembro de 2020, Lei Orçamentária Anual 2021)



em comparação às realizadas, respectivamente, evidenciando as receitas por categoria econômica em confronto com orçamento inicial e as alterações de execução, demonstrando previsão inicial, atualizada, realizada e o saldo a realizar e as despesas que são apresentadas também por categoria econômica, demonstrando dotação inicial, atualizada, realizada e saldo de dotação. A diferença entre receitas arrecadadas e despesas realizadas pode apresentar resultados orçamentários superavitários (receita maior que despesa) ou deficitários (receita menor que despesa).

A Contabilidade aplicada ao setor público possui distintos enfoques, no que tange aos regimes de lançamento das receitas orçamentárias. No enfoque contábil patrimonial, as receitas devem ser lançadas pelo regime de competência, atendendo ao disposto na Resolução CFC n.º 750/1993 e a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Por outro lado, no enfoque orçamentário, as receitas devem ser lançadas pelo regime de caixa, conforme sua efetiva arrecadação, em consonância com o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964.

As despesas orçamentárias, por seu turno, são sempre registradas pelo regime de competência, atendendo ao comando do inciso II, art. 35, da Lei n.º 4.320/1964. Devem ser apresentadas pelos valores empenhados dentro do exercício financeiro correspondente, em moeda original e expressas em reais.

Esta Manaus Previdência apresenta em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

NOTA 1: Na receita, verifica-se uma arrecadação a maior no valor de R\$ 116.502.008,65 (Cento e dezesseis milhões, quinhentos e dois mil, oito reais e sessenta e cinco centavos), calculado pela diferença entre o total da receita realizada de R\$ 466.011.008,65 (Quatrocentos e sessenta e seis milhões, onze mil, oito reais e sessenta e cinco centavos) e a receita atualizada, no valor de R\$ 349.509.000,00 (Trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e nove mil reais). Vale ressaltar que as contribuições servidor e patronal foram os maiores destaques;

NOTA 2: Na despesa, houve uma economia de dotação de R\$ 18.235.298,23 (Dezoito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos), calculada pela diferença entre a dotação atualizada, no valor de R\$ 435.388.937,88 (Quatrocentos e trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) e despesa empenhada, no valor de R\$ 417.153.639,65 (Quatrocentos e dezessete milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos);

NOTA 3: As Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias fazem parte do Balanço Orçamentário segundo MCASP 8ª edição. Estas entradas e saídas referem-se a valores recebidos e empenhados entre órgãos da mesma estrutura do ente federativo, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, tão somente movimentações de receitas e despesas entre seus órgãos conforme quadro que segue:

RECEITAS E DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2021
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	237.767.139,18
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.887.244,54

NOTA 4: O resultado apurado, constante neste Anexo 12 apresentou superávit orçamentário no valor de R\$ 48.857.369,00 (Quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e nove reais) resultante da diferença entre o total das Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas.

NOTA 5: Em consonância com o disposto no art. 43, da Lei n.º 4.320/1964, a abertura de créditos suplementares depende da



existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa. Consideram-se recursos para fins de abertura de crédito:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de créditos autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Na coluna Previsão Atualizada, os créditos suplementares abertos em 2021 e utilizados por superávit financeiro foram:

Decreto	DOM	Data da Publicação	Fonte/UG	Modalidade	Valor
5039	5058	19/03/2021	661/Fundo Financeiro	Superávit Financeiro	15.000.000,00
5039	5058	19/03/2021	660/Fundo Previdenciário	Superávit Financeiro	4.533.501,52
5054	5065	30/03/2021	661/Fundo Financeiro	Superávit Financeiro	9.735.239,54
5068	5082	26/04/2021	662/Taxa de Administração	Superávit Financeiro	5.904.482,67
TOTAL					35.173.223,73

Houve destaque orçamentário concedido no valor total de R\$ 75.620,79 (Setenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e setenta e nove centavos) sendo concedido à:

a) Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF, para o custeio de despesas com serviços de Link de Dados com a Empresa EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA no valor de R\$ 71.443,83 (Setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos);

DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO CONCEDIDO - EYES NWHERE	2021
Portaria n.º 054/2021 – GP/Manaus Previdência, publicado no DOM n.º 5035 de 16/02/2021.	71.443,83
<u>Valor Devolvido:</u> Portaria n.º 0219/2021 – GS/SEMEF, publicado no DOM n.º 5250 de 27/12/2021	15.773,31
Valor Utilizado	55.670,52

b) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD, para o custeio com fornecimento de combustível, no valor de R\$ 4.176,96 (Quatro mil, cento e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO CONCEDIDO – SEMAD	2021
Portaria n.º 22/2021 – GP/Manaus Previdência, publicado no DOM n.º 5017 de 26/01/2021.	4.176,96
<u>Valor Devolvido:</u> Portaria n.º 581/2021 – GS/SEMAD, publicado no DOM n.º 5249 de 23/12/2021.	3.600,00
Valor Utilizado	576,96

Em relação ao destaque financeiro concedido, os valores das transferências totalizam R\$ 39.897,21 (Trinta e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) através das ordens de pagamentos: OB00514 (junho), OB00880 (outubro) e OB01185 (dezembro).



3.2. BALANÇO FINANCEIRO

É previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 06 e apresenta Receitas e Despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extraorçamentários, saldos disponíveis do exercício anterior e para o exercício seguinte assim como o Quadro Detalhado dos Ingressos e Dispendios que se equilibram com os saldos financeiros do exercício anterior e do atual, incluindo os saldos das contas de aplicações a curto prazo.

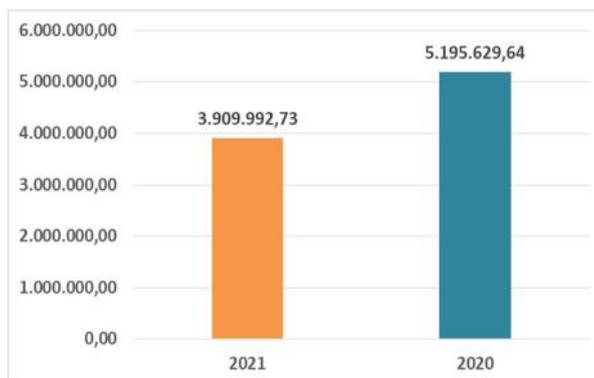
Conforme Balanço Financeiro – ANEXO 13, destacam-se:

Nota 01: O valor apresentado refere-se a contribuição previdenciária dos aposentados da Câmara Municipal de Manaus - CMM, vinculados ao Fundo Financeiro, descontado em folha de pagamento do mês de novembro de 2021 com a fonte do Tesouro nº 0100004, sendo que não foi realizado o lançamento para alteração de fonte (para fonte 02610000) deste Regime de Previdência. Assim, a referida receita não é origem de recurso do Tesouro Municipal (receita ordinária). (Dados repassados pelo Setor Financeiro – SFIN da Manaus Previdência).

Nota 02: Ao final de exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas dentro do exercício financeiro são inscritas em Restos a Pagar, que se dividem em Processados e Não Processados. Observa-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF veda a realização de despesas no último ano de mandato sem que haja a respectiva cobertura financeira, conforme Art. 42.

As Inscrições de Restos a Pagar Processados são as despesas que passaram pelas etapas de empenho e liquidação, pendente a fase de pagamento, sem possibilidade de serem cancelados, levando-se em consideração que o fornecedor de bens ou serviços realizou sua obrigação e, em contrapartida, a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagamento.

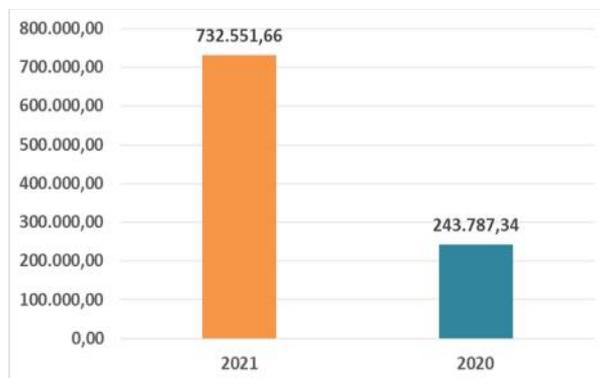
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	2021	2020
Fundo Previdenciário	1.226.266,68	1.397.739,00
Fundo Financeiro	2.492.753,64	3.512.206,41
Taxa de Administração	190.972,41	285.684,23
TOTAL	3.909.992,73	5.195.629,64



Nota 03: As Inscrições de Restos a Pagar não Processados do Exercício são despesas orçamentárias empenhadas e não pagas. Registra também os Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, fase intermediária entre o empenho e a liquidação, no qual há o reconhecimento do passivo no exercício corrente, assim composto:

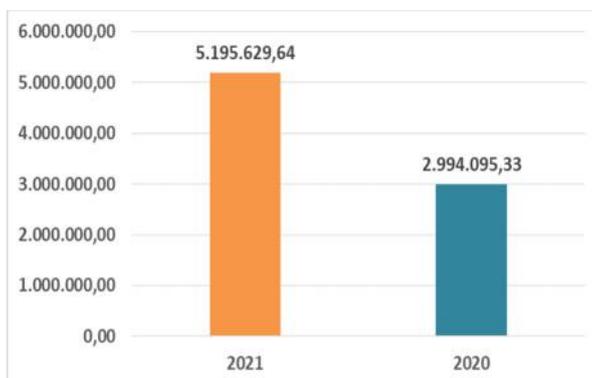


RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	2021	2020
Fundo Previdenciário	18.733,13	10.744,20
Fundo Financeiro	177.147,62	-
Taxa de Administração	536.670,91	233.043,14
TOTAL	732.551,66	243.787,34



Nota 03: Referem-se a pagamento de Restos a Pagar Processados referentes a exercícios anteriores, conforme detalhamento por UG:

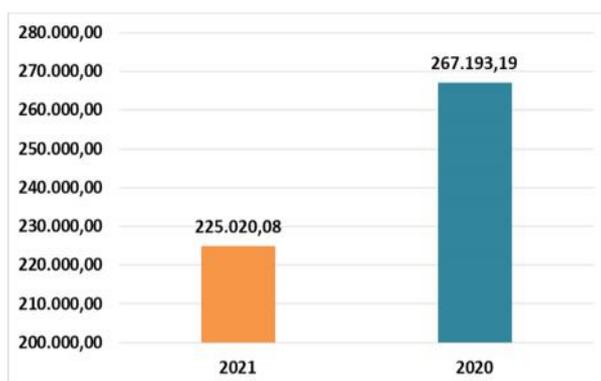
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2021	2020
Fundo Previdenciário	1.397.739,00	529.457,83
Fundo Financeiro	3.512.206,41	2.290.007,03
Taxa de Administração	285.684,23	174.630,47
TOTAL	5.195.629,64	2.994.095,33



Nota 04: Nesta conta de despesas ordinárias registram valores empenhados da folha de pagamento parte aporte financeiro e o salário-família, ambos da fonte do tesouro municipal.

Nota 05: Referem-se a pagamento de Restos a Pagar Não Processados referentes a exercícios anteriores, conforme detalhamento por UG:

PAGAMENTO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2021	2020
Fundo Previdenciário	7.938,68	6.959,37
Fundo Financeiro	-	8.912,61
Taxa de Administração	217.081,40	251.321,21
TOTAL	225.020,08	267.193,19



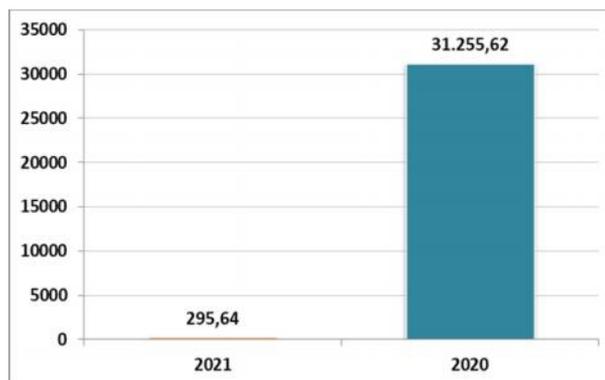
Nota 06: Registra o valor em Ajustes de Perdas de Investimentos em reconhecimento a uma perda devido à marcação a mercado (registra o valor do título conforme a variação do seu preço no mercado, valor do dia, em consonância com a Portaria n.º 402/2010, Art. 16, VIII, atualizado pela Portaria SEPRT/ME n.º 19.451 de 18/08/2020) em contas de natureza patrimonial, conforme Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e documento de orientação para tratamento contábil das aplicações, atualizações e resgates da carteira de investimentos do RPPS emitido pela Secretaria de Previdência – SPREV em 23/03/2020.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

É previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 04, onde demonstra a situação patrimonial desta Autarquia.

NOTA 1: Demonstram saldos em contas bancárias que são recursos financeiros imediatos disponíveis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2021	2020
Banco conta movimento – Fundo Financeiro	-	261,89
Banco conta movimento – Fundo Previdenciário	260,64	30.993,73
Banco conta movimento – Taxa de Administração	35,00	-
TOTAL	295,64	31.255,62

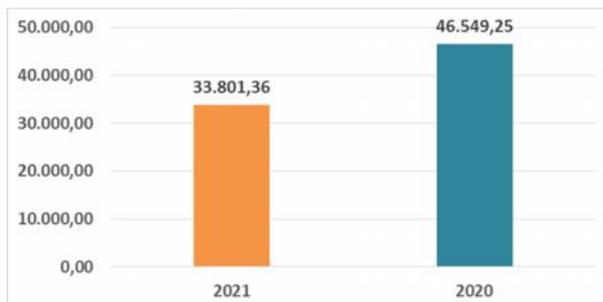


NOTA 2: Apresentam valores de Curto Prazo de Benefícios Previdenciários Pagos a Maior, e que foi realizado Termo de Acordo de Confissão de Dívida de Débitos Previdenciários, conforme:

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2021	2020
FUNDO PREVIDENCIÁRIO		
Processo 2018.17848.17850.0.002422 (suspensão)*	-	9.610,98
Documento 2019.17848.17896.9.018815	1.520,00	2.280,00
Documento 2019.17848.17896.9.002127	1.940,04	1.940,04
Processo 2020.17848.17894.0.000049	15.691,68	15.691,68
Sub-Total	19.151,72	29.522,70



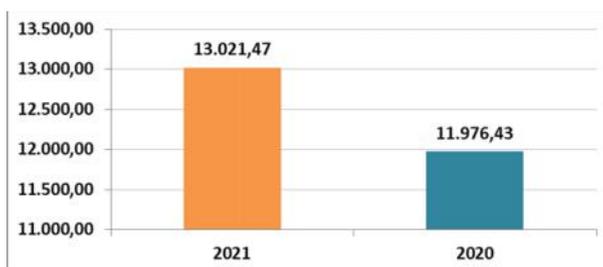
FUNDO FINANCEIRO		
Processo 2018.17848.17850.0.002378	9.044,86	8.709,87
Processo 2019.17848.17851.0.000475	3.138,36	4.698,68
Processo 2020.17848.17894.0.000331 (suspensão)*	-	3.618,00
Processo 2021.17848.17851.0.000685	1.313,40	-
Processo 2021.17848.17852.0.013174	1.153,02	-
Sub-Total	14.649,64	17.026,55
TOTAL	33.801,36	46.549,25



* Os processos acima mencionados estão registrados total em Longo Prazo, todavia, em razão de determinação judicial, os pagamentos das parcelas remanescentes estão suspensos, não havendo prazo para os recursos retornarem aos cofres da Manaus Previdência, até decisão judicial em sentido contrário.

NOTA 3: Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados de Curto prazo registra percentual (%) apurado em cima de valores contratuais, discriminados nos Termos de Contratos e são aplicados em Fundo de Investimentos do Banco do Brasil RF PERFIL, conforme:

CAUÇÕES – Saldo de Recursos Aplicados	2021	2020
JFS	7.766,36	7.423,11
Brasilis	1.509,89	1.443,15
MSO – Empresa PrestiServ Taxistas Ltda-ME	753,98	720,66
IEL – Instituto EuvaldoLodi	2.500,00	2.389,51
Rhodium Engenharia Eireli	61,54	-
AlfamaCo	200,38	-
Vila da Barra	125,37	-
EControl	103,95	-
TOTAL	13.021,47	11.976,43



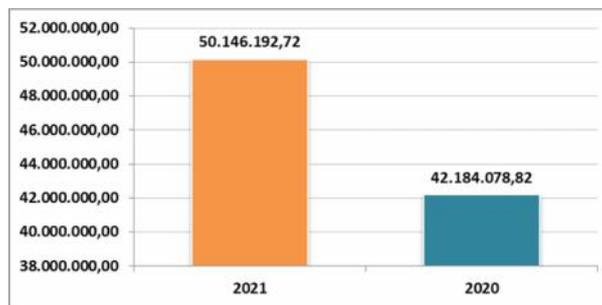
NOTA 4: Créditos Previdenciários a Receber Servidor/ Patronal são créditos previdenciários inscritos pela competência, referentes as competências de Dezembro e 13º salário do ano corrente, que deverão ser repassadas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, conforme art. 19 §1º da Lei Municipal nº 1.346/2009.

A Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Consiste na parcela de aposentados pela Manaus Previdência que anteriormente eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo àquele regime e vice-versa. Portanto, é de responsabilidade do regime o pagamento integral dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente,



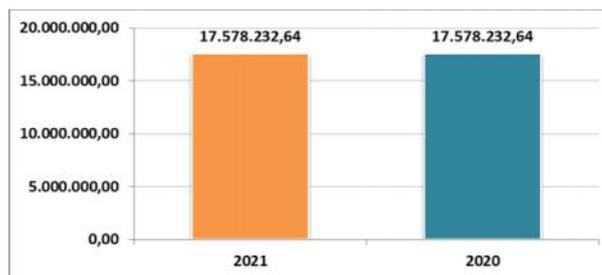
das pensões por morte dela decorrentes e, de outro lado, tornam-se titulares do direito de se compensar com o RGPS relativamente aos períodos de contribuição a ele vertidos. Essa compensação está prevista na Constituição Federal e Lei n.º 9.796/1999 regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019 que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	2021	2020
Contribuição do RPPS – Servidor	12.898.175,69	4.689.529,74
Contribuição do RPPS – Patronal	19.662.468,35	19.906.599,17
Contribuição do RPPS – Patronal/Parcelado	17.578.232,64	17.578.232,64
Compensação Financeira entre Regimes	7.316,04	9.717,27
TOTAL	50.146.192,72	42.184.078,82



Créditos Previdenciários Parcelados são contribuições patronais parceladas conforme Termos de Parcelamento e Reparcimentos DATAPREV. Nesta conta foram registrados os valores referentes a 12 meses para o exercício subsequente, assim detalhado:

PARCELAMENTO/ REPARCELAMENTO	2021	2020
CADPREV n.º 3157/2017 – PFIN	6.701.918,76	6.701.918,76
CADPREV n.º 2063/2017 – PFIN	6.924.633,00	6.924.633,00
CADPREV n.º 1184/2013 – PFIN	665.782,80	665.782,80
CADPREV n.º 1366/2017 – PPREV	535.370,88	535.370,88
CADPREV n.º 0562/2020 – PPREV	2.750.527,20	2.750.527,20
TOTAL	17.578.232,64	17.578.232,64



NOTA 5: Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo registram: (Dados repassados pelo Setor Financeiro – SFIN da Manaus Previdência).

- O valor de R\$ 554,32 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) referente à restituição da folha de pagamento administrativa da competência dezembro/2021, que será regularizada na competência Janeiro/2022.

- O valor de R\$ 2.043,38 (Dois mil, quarenta e três reais e trinta e oito centavos) referente à Relação Bancária – RB que não foi processada em tempo hábil no exercício de 2021 pela Instituição Financeira.



NOTA 6:(Dados repassados pela Superintendência de Investimentos – SUPINV da Manaus Previdência).

a) RESUMO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Devido à estrutura de governança corporativa da Manaus Previdência, todas as alocações (aplicações e resgates) são deliberadas pelo Comitê de Investimentos, cuja composição de membros está na Portaria n.º 064/2019-GP/MANAUS PREVIDÊNCIA publicada no DOM n.º 4568 de 01/04/2019, e Decreto de 2 de dezembro de 2020 publicado no DOM n.º 4978 de 02/12/2020. Após a decisão colegiada, a Superintendência de Investimentos é responsável por provocar a diretoria para a execução das decisões tomadas pelo Cominv.

A Manaus Previdência possui regime de segregação da massas e seus recursos estão divididos em três carteiras de investimentos: Fundo Previdenciário, Fundo Financeiro e o taxa de administração. À soma dessas três carteiras denominamos Carteira Total.

A Segregação da massa de segurados de um RPPS é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de Fundo Financeiro (servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2009) e o outro de Fundo Previdenciário (servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2010). A taxa de administração corresponde aos recursos para manutenção do RPPS.

A Carteira de Investimentos da Manaus Previdência iniciou o ano de 2021 com um total de R\$ 1.223.474.815,39 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e quinze reais e trinta e nove centavos), dos quais, R\$ 1.188.733.655,10 (um bilhão, cento e oitenta e oito milhões, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos) pertencentes ao Fundo Previdenciário - PPREV; R\$ 28.317.064,23 (vinte e oito milhões, trezentos e dezessete mil, sessenta e quatro reais e vinte e três centavos) pertencentes ao Fundo Financeiro – PFIN; e R\$ 6.424.096,06 (seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, noventa e seis reais e seis centavos) referentes à Taxa de Administração.

No fechamento de 2021, a Carteira possuía um total de R\$ 1.255.798.261,18 (Um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e dezoito centavos), dos quais, R\$ 1.220.119.163,37 (Um bilhão, duzentos e vinte milhões, cento e dezenove mil, cento e sessenta e três reais e trinta e sete centavos) pertencentes ao Fundo Previdenciário; R\$ 26.685.408,06 (Vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oito reais e seis centavos) pertencentes ao Fundo Financeiro e R\$ 8.993.689,75 (Oito milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos) referentes à Taxa de Administração.

A carteira de investimentos vinculada ao Fundo Financeiro possui apenas fundos vinculados ao CDI, de baixo risco e liquidez diária. Os recursos oriundos do Fundo Financeiro são utilizados para pagamento da folha de inativos vinculados ao fundo, não havendo capitalização.

b) INVESTIMENTOS FINANCEIROS A CURTO PRAZO

Investimentos e Aplicações Temporais de Curto Prazo apresentam, contabilmente, as posições das carteiras de ativos desta Manaus Previdência, a curto prazo, através dos saldos das aplicações financeiras, assim como são utilizadas para realizar movimentações de aplicações e resgates (transferências) entre as contas de curto e longo prazo.

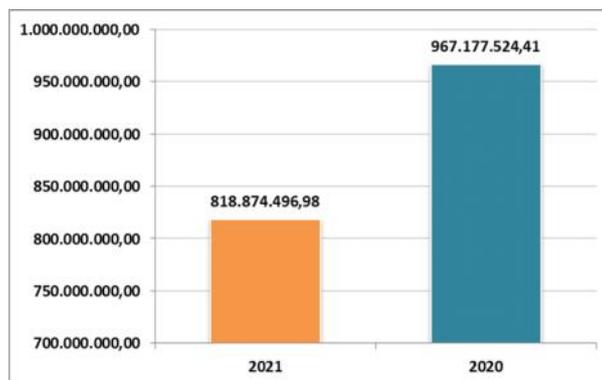


O ano de 2021 começou com um viés positivo. Com o início da vacinação nas principais economias globais, a esperança do retorno de uma vida cotidiana normalizada e, principalmente, a expectativa da reabertura e retomada da economia tomava conta de todos os investidores. Apesar de alguns atrasos na vacinação, o Brasil logo atingiu um número relevante de pessoas vacinadas. Com os gastos realizados para combater a pandemia e a consequente queda na renda, a principal preocupação do mercado passou a ser a situação fiscal do país. No âmbito doméstico, é possível dividir o ano em duas partes. Na primeira parte do ano houve apreciação dos ativos de renda variável e os juros longos permaneceram sem grandes alterações. Na segunda parte do ano, a preocupação com o fiscal tomou conta do mercado, com o Governo trabalhando na PEC dos Precatórios e discussões sobre aumentos dos gastos sociais. Com isso, observou-se uma grande mudança pra cima na curva de juros e, consequentemente, desvalorização nos preços dos ativos, tanto de renda fixa quanto de renda variável.

O Comitê de Investimentos da Manaus Previdência, na tentativa de reduzir a volatilidade e tirar um pouco a exposição a ativos domésticos, optou por realocar parte dos recursos em fundos multimercado que seguem o índice da bolsa americana S&P 500. Outra mudança importante, foi a realocação de parte da carteira que estava aplicada em fundos de renda fixa para a compra de Títulos Públicos, com a intenção de levar até o vencimento e realizando a sua marcação na curva.

Ao término do exercício financeiro de 2021, a posição da carteira de investimentos da Manaus Previdência em ativos classificados como de curto prazo era de R\$ 818.874.496,98 (oitocentos e dezoito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos).

INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO	2021	2020
Renda Fixa – Referenciados	115.430.976,69	304.526.219,05
Renda Fixa – Títulos do Tesouro	88.169.817,88	165.896.893,57
Total Renda Fixa	203.600.794,57	470.423.112,62
Renda Variável – Fundo de Ações	450.930.592,89	435.310.125,26
Renda Variável – Multimercado	155.349.419,77	54.976.190,47
Renda Variável – Invest. em Participações	0,00	44.000,00
Total Renda Variável	606.280.012,66	490.330.315,73
Aplicações com a Taxa de Administração	8.993.689,75	6.424.096,06
TOTAL	818.874.496,98	967.177.524,41

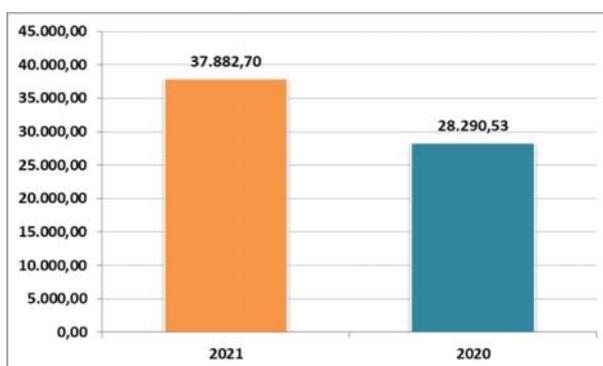


NOTA 7: No Estoque, o saldo dos valores de materiais no almoxarifado, destinados ao consumo interno desta Manaus Previdência, alcançou o montante de R\$ 37.882,70 (Trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta centavos). O método utilizado de mensuração e avaliação das saídas do estoque é pelo preço médio ponderado, conforme Lei 4.320/64 e Resolução CFC 1.137/08, que aprova a NBTC 16.10.



O Sistema PMM – Módulo Estoque é um sistema utilizado para controle de estoque em decorrência do acompanhamento realizado pela SEMEF com a Equipe da UGCM - Unidade Gestora de Compras Municipais.

ALMOXARIFADO	2021	2020
Gás Engrafado	178,00	-
Gêneros Alimentícios	801,00	296,70
Material para Festividades e Homenagens	8.917,00	8.917,00
Material de Expediente	11.245,19	12.728,90
Material de Processamento de Dados	6.470,23	2.872,22
Material de Copa e Cozinha	324,00	545,76
Material de Limpeza e Prod.de Higienização	392,00	9,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.860,31	-
Material Elétrico e Eletrônico	3.056,22	-
Material de Proteção e Segurança	531,00	16,50
Material Hospitalar	642,00	115,50
Ferramentas	86,80	-
Material Gráfico	2.378,95	2.788,95
TOTAL	37.882,70	28.290,53

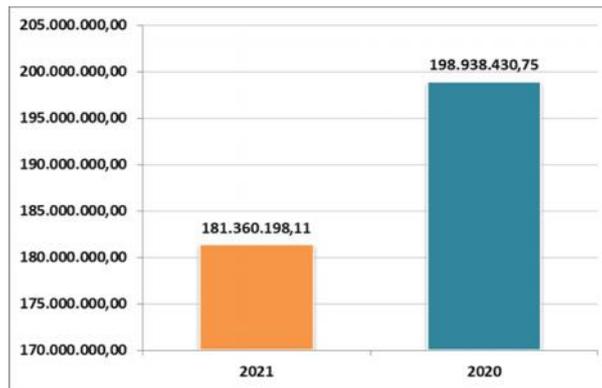


NOTA 8: Registram valor total de R\$ 1.541,45 (Um mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) pagos a títulos de assinaturas e periódicos e anuidades a apropriar mensalmente.

VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE – ASSINATURAS E PERIÓDICOS	2021	2020
Fonseca e Nunes Ltda – ME – Revista RPPS do Brasil	391,46	-
TOTAL	391,46	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	2021	2020
Associação Nacional de Entidade de Previdência Municipal – ANEPREM	450,00	450,00
Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM	699,99	700,03
TOTAL	1.149,99	1.150,03

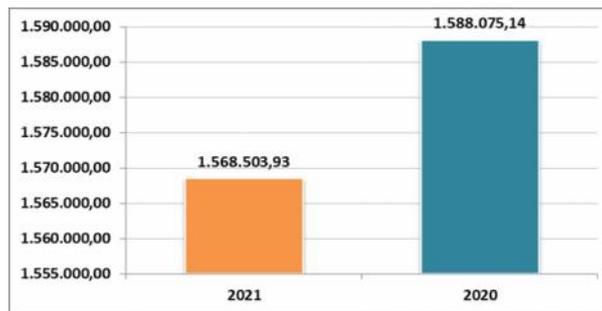
NOTA 9: Créditos Previdenciários Parcelados a Longo Prazo, foram registrados os valores relativos aos créditos a receber a longo prazo, decorrentes de créditos previdenciários (contribuição patronal) parcelados.

PARCELAMENTO/ REPARCELAMENTO	2021	2020
CADPREV n.º 1357/2017 – PFIN	78.747.544,70	85.449.463,46
CADPREV n.º 2063/2017 – PFIN	81.364.437,26	88.289.070,26
CADPREV n.º 1184/2013 – PFIN	6.935.237,45	7.601.020,25
CADPREV n.º 1366/2017 – PPREV	6.290.607,56	6.825.978,44
CADPREV n.º 0562/2020 – PPREV	8.022.371,14	10.772.898,34
TOTAL	181.360.198,11	198.938.430,75



NOTA 10: Crédito a Receber por Pagamento Indevido de Benefícios Previdenciários apresentam valores de Longo Prazo de Benefícios Previdenciários Pagos a Maior, e realizado Termo de Acordo de Confissão de Dívida de Débitos Previdenciários.

DEMAIS VALORES A LONGO PRAZO	2021	2020
Crédito a Receber por Pagamento Indevido de Benefícios Previdenciários	1.568.503,93	1.588.075,14
TOTAL	1.568.503,93	1.588.075,14



NOTA 11:(Dados repassados pela Superintendência de Investimentos – SUPINV da Manaus Previdência).

Conforme mencionado na nota nº 06, as taxas de juros iniciaram, a partir do segundo semestre, uma trajetória ascendente, atingindo patamares interessantes para a adoção da estratégia de marcação na curva. Marcar um título na curva nada mais é do que carregar o título na carteira, se comprometendo a levá-lo até o vencimento e atualizando o seu valor de acordo com a taxa de juros contratada. Ou seja, a partir do momento em que o título passa a ser marcado na curva, a volatilidade observada no mercado deixa de causar impacto no seu valor, como ocorre com a marcação a mercado.

Isso posto, o Comitê de Investimentos, na tentativa de reduzir a volatilidade da carteira como um todo, decidiu pela compra de Títulos Públicos mantidos até o vencimento e com marcação na curva.

Importante ressaltar que, atendendo ao disposto na Portaria nº 04, do Ministério da Fazenda – Secretaria de Previdência, de 5 de fevereiro de 2018, que fala sobre a contabilização em separado dos “títulos mantidos até o vencimento” e dos “títulos para negociação”, assim considerados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, e de acordo com o Fundo de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, foi criada a conta 121310801 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro para a contabilização de todos os títulos marcados na curva.

Ao término do exercício financeiro de 2021, a posição da carteira de investimentos da Manaus Previdência em ativos classificados



como Investimentos Temporários a Longo Prazo era de R\$ 328.837.574,02 (trezentos e vinte e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e dois centavos).

INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	2021	2020
Aplicação do RPPS em Títulos do Tesouro Nacional Marcados na Curva	328.837.574,02	-
TOTAL	328.837.574,02	-

NOTA 12:Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente a Longo Prazo registram valores de assinaturas de periódicos e que estão registrados em Restos a Pagar.

VARIAÇÕES PAT.PAGAS ANTECIP.	2021	2020
Assinaturas de Periódicos	840,00	840,00
TOTAL	840,00	840,00

O valor constante em 2021 refere-se ao saldo de Restos a Pagar não processados em liquidação – de exercícios anteriores, emitido em favor da empresa CONTEÚDO AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA, conforme processo nº 2016/17848/17891/00025 que trata sobre a assinatura do Jornal Amazonas Em Tempo. O Ofício nº 1.144/2021 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA, datado de 28 de outubro de 2021, foi encaminhado à empresa CONTEÚDO AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA, intimação para manifestar-se sobre o pagamento em aberto, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação, sob pena de cancelamento do saldo do RAP em caso de desinteresse ou inércia da empresa. Findo o prazo mencionado no Ofício, sem resposta por parte da empresa, foi publicado o Edital de Intimação no Diário Oficial do Município (DOM), Edição 5245, de 17/12/2021, concedendo o mesmo prazo de 20 (vinte) dias corridos, novamente sem qualquer manifestação dentro do prazo concedido. Assim, considerando o desinteresse e a inércia da empresa CONTEÚDO AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA quanto ao valor em aberto, bem como a prescrição da dívida, o saldo de RAP Processado, no valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), será cancelado, conforme orientações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas após formulação de consulta por parte da Manaus Previdência. (Dados repassados pelo Setor de Manutenção e Material - SMAT da Manaus Previdência).

NOTA 13:(Dados repassados pela Superintendência de Investimentos – SUPINV da Manaus Previdência).

Com a subida das taxas de juros longas, vários ativos se desvalorizaram. Visto que esse movimento de alta dos juros parecia se intensificar, o Comitê de Investimentos resolveu então vender o total da posição detida em Títulos Públicos de Longo Prazo, os mais atingidos quando há uma subida dos juros. Ressaltamos que a Manaus Previdência carregava esses títulos marcados a mercado. Posteriormente, a Manaus Previdência iniciou a construção de uma posição em Títulos Públicos com a intenção de mantê-los até o vencimento, possibilitando assim, que fossem marcados na curva.

No que diz respeito aos “fundos problemáticos” a Manaus Previdência possui em sua carteira de investimentos 13 (treze) fundos de investimentos que estão fechados para resgates por não possuírem recursos em caixa. Na maioria dos casos, os fundos adquiriram títulos de crédito que não foram honrados por seus devedores e coobrigados. A gestão de todos esses fundos foi repassada às novas instituições, que, atualmente, buscam recuperar os valores investidos através, inclusive, de ações judiciais. Importante destacar que as aplicações nesses fundos foram realizadas durante o período entre 2008 e 2012. A partir de 2013, outros 3 (três) fundos problemáticos foram totalmente resgatados, e parte dos recursos investidos nos demais fundos problemáticos já foram recuperados. Do total da carteira de investimentos, 4,20% (R\$ 52,7 milhões) estão aplicados em fundos problemáticos. Em 2012, os fundos



problemáticos representavam mais de 50% da Carteira de Investimentos.

Ainda no que se refere aos fundos problemáticos, vale lembrar que a Manausprev foi cotista, até agosto de 2019, do Patriarca Private Equity Fundo de Investimento em Participação, CNPJ 12.197.527/0001-37, no qual detinha 6,02% do total de cotas do fundo. O investimento foi realizado em setembro de 2010, no valor de R\$ 19.999.999,99 (Dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Naquela oportunidade, o regulamento do fundo previa que sua duração seria de 8 anos, com término em julho/2018.

Outra característica importante do FIP Patriarca versa sobre sua Política de Investimentos, que admitia apenas aquisição de ações do Banco BVA.

Em 19 de junho de 2013, por meio do Ato do Presidente nº 1.251, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco BVA S.A. fazendo referência ao comprometimento da situação econômico-financeira da entidade e a grave violação das normas que disciplinam sua atividade, atestando a existência de passivo a descoberto e a inviabilidade de normalização dos negócios da empresa. Com isso, o valor referente às ações do BVA foi objeto de provisão contábil da ordem de 100%, impactando negativamente o valor das cotas do fundo.

Em abril de 2015 a Manaus Previdência ajuizou ação indenizatória pedindo o ressarcimento do montante aplicado corrigido monetariamente e com a incidência de juros de 1% ao mês.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas iniciada em 13 de julho de 2018 e encerrada no dia 20 de julho de 2018, foi votada a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo. Cotistas que representavam 47% das cotas do fundo deliberaram por prorrogar o prazo do fundo por mais um ano. Porém, conforme dispõe §1º do artigo 1º do Regulamento do Fundo, o quórum necessário para aprovação seria a maioria das cotas. Sendo assim, a matéria foi reprovada, resultando na liquidação do fundo.

Em agosto/2018 a Manaus Previdência recebeu o valor de R\$ 629.769,98 (Seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), referente ao resgate da parte líquida do fundo, que possuía, naquela data, cerca de R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões) em caixa. No mesmo mês, a Planner, administradora do fundo, emitiu comunicado à Alvarez & Marsal Administração Judicial, responsável pela administração da massa falida, informando a relação de cotistas do FIP e solicitando as providências necessárias à transmissão da propriedade das ações do BVA a cada um dos cotistas.

No dia 25 de outubro de 2018, a Manaus Previdência recebeu as ações correspondentes a sua participação no fundo, conforme Termo de Transferência (anexo) assinado pelo Diretor-Presidente desta autarquia, à época. A quantidade de ações recebidas foi proporcional à quantidade de cotas que a Manaus Previdência possuía, conforme tabela abaixo:

Quantidade de Ações	% de Participação	Total de Ações Recebidas
71.663852	6,02%	4.314.164

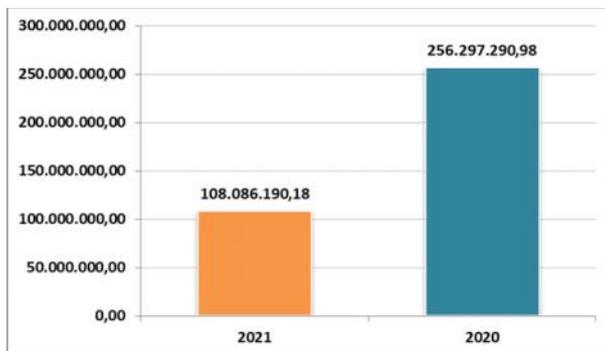
Tendo em vista tratar-se de Massa Falida do Banco BVA que não há negociações dessas ações no mercado, não há valor econômico algum a ser precificado nas ações, visto estar claro que os bens pertencentes à massa falida sequer arcarão com o passivo que o BVA possui.

Ao término do exercício financeiro de 2021, a posição da carteira de investimentos da Manaus Previdência em ativos classificados



como de longo prazo era de R\$ 108.086.190,18 (cento e oito milhões, oitenta e seis mil, cento e noventa reais e dezoito centavos).

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2021	2020
Aplicações em Ativos em Enquadramento	108.086.190,18	256.297.290,98
TOTAL	108.086.190,18	256.297.290,98



NOTA 14: Aplicação em Segmentos de Imóveis apresentam os Bens para Investimento, produtos decorrentes de Doações efetivadas pelo IMPAS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social, no valor inicial de R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais), referente a imóvel localizado à Rua Luiz Antony, e IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano, no valor de R\$ 6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil reais), referente ao Imóvel Edifício Garagem.

Os imóveis foram reavaliados em 2021 pela empresa HC Costa de Lira, de acordo com a Portaria MPS n.º 402 de 10 de dezembro de 2008, art.16 (atualizado pela Portaria SEPRT/ME n.º 19.451 de 18/08/2020).

No que tange o Imóvel da Rua Floriano Peixoto, 134 – Centro (Edifício Garagem), conforme Processo Siged n.º 2020.16330.16362.0.000026, esta Autarquia vem realizando ações junto à Prefeitura de Manaus para realização de Leilão.

APLICAÇÕES EM SEGMENTOS DE IMÓVEIS	2021	2020
Imóvel – Rua Luiz Antony, 115-Centro	565.451,02	1.035.000,00
Imóvel – Rua Floriano Peixoto, 134-Centro (Edifício Garagem)	15.465.046,86	15.000.000,00
TOTAL	16.030.497,88	16.035.000,00

NOTA 15: Os Bens Móveis são bens corpóreos adquiridos para manutenção da entidade e passíveis de remoção. São registrados pelo custo de aquisição e tombados pela data do atesto.

O Setor de Patrimônio, juntamente à Comissão Setorial de Patrimônio (Portaria n.º 082/2019 – GP/Manaus Previdência publicada no Diário Oficial do Município – DOM n.º 4577 de 12 de Abril de 2019), continuou com as análises dos três processos administrativos abertos com objetivo de atender o cronograma do Decreto Municipal n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015, conforme quadro demonstrativo abaixo:

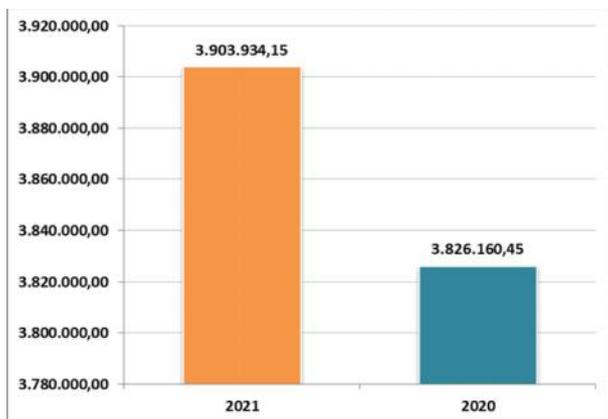
PROCESSOS BENS MÓVEIS	DESCRIÇÃO
Processo n.º 2016/17848/17852/00009	Relação de Bens Patrimoniais tombados e não localizados
Processo n.º 2016/17848/17852/00010	Relação de Bens da Obra não tombados
Processo n.º 2016/17848/17852/00011	Relação de Bens Patrimoniais Inservíveis

A Comissão Setorial se mantém trabalhando para preservar o alinhamento do inventário físico com o contábil junto ao



sistema PMM, acompanhando a inserção de dados, depreciação e o fechamento do exercício.

BENS MÓVEIS	2021	2020
Aparelhos de Comunicação	243.027,98	238.707,98
Aparelhos, Equip.e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	1.000,65	1.000,65
Aparelhos e Utensílios Domésticos	7.678,60	7.678,50
Coleções e Materiais Bibliográficos	13.245,02	13.245,02
Equip. de Proteção, Segurança e Socorro	17.326,00	17.326,00
Instrumentos Musicais e Artísticos	2.353,40	2.353,40
Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	995,50	995,50
Máquinas e Equipamentos Energéticos	563.444,54	563.444,54
Equipamentos de Foto, Vídeo e Som	43.131,20	43.131,20
Equipamentos de Processamento de Dados	1.337.039,75	1.316.639,75
Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.287,90	1.287,90
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	493.704,25	449.204,25
Máquinas e Utensílios de Escritório	16.725,23	16.725,23
Máquinas, ferramentas e utensílios de Oficina	600,00	-
Peças não incorporáveis a Imóveis	1.593,60	-
Mobiliário em Geral	1.017.479,34	1.011.119,34
Equip.e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	140.904,19	140.904,19
Softwares	2.397,00	2.397,00
TOTAL	3.903.934,15	3.826.160,45



NOTA 16: A Depreciação Acumulada de Bens Móveis foi realizada no ativo imobilizado no decorrer de sua vida útil e mensalmente conforme MCASP 8ª Edição e Decreto Municipal n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015. O Sistema utilizado é o PMM/SEMAD que armazena o registro dos bens móveis e realiza o cálculo da depreciação acumulada. O método de depreciação utilizado é o de cotas constantes, conforme:

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	2021	2020
Deprec - Aparelhos de Comunicação	71.451,17	53.572,66
Deprec - Aparelhos, Equip.e Utensílios Médicos, Odontológicos, Lab.e Hospitalares	535,29	490,79
Deprec - Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.551,72	3.063,01
Deprec - Coleções e Materiais Bibliográficos	8.224,15	7.446,36
Deprec - Equip. de Prot., Segurança e Socorro	15.382,80	15.038,55
Deprec - Instrumentos Musicais e Artísticos	1.128,13	1.022,23
Deprec - Máquinas e Equip. de Nat. Industrial	626,07	581,27
Deprec - Máquinas e Equip.Energéticos	370.215,19	322.593,16
Deprec - Equipamentos de Foto, Vídeo e Som	29.258,49	27.502,23
Deprec - Equipamentos de Process.de Dados	1.088.024,87	1.013.921,66
Deprec - Máquinas e Equipamentos Gráficos	957,54	928,16
Deprec - Máquinas, Utensílios, Equip. Diversos	285.427,11	254.067,50
Deprec - Máquinas e Utensílios de Escritório	11.465,35	10.747,88
Deprec - Máquinas, fer.e utensílios de Oficina	22,50	-
Deprec - Peças não incorporáveis a Imóveis	83,66	-
Deprec - Mobiliário em Geral	657.560,76	580.801,32
Deprec - Equip.e Utensílios Hidrául.e Elétricos	110.962,05	98.280,67
Deprec - Softwares	1.582,02	1.366,29
TOTAL	(2.656.458,87)	(2.391.423,74)

NOTA 17: Os Bens Imóveis representam o prédio Sede da Manaus Previdência. O terreno foi adquirido em 2010 e a construção e



ampliação da sede realizado em 2012 pela Construtora Almeida Ltda. A reavaliação foi realizada em 2021 pela empresa HC Costa de Lira, de acordo com a Portaria MPS n.º 402 de 10 de dezembro de 2008, art.16 (atualizado pela Portaria SEPRT/ME n.º 19.451 de 18/08/2020), conforme segue:

BENS IMÓVEIS	2021	2020
Imóvel Comercial Adquirido (terreno), onde funciona a Sede da Manausprev, localizada a Av. Constantino Nery, 2480 - Chapada	6.249.800,80	18.145.000,00
Reforma e Ampliação – Edifícios	5.982.363,09	5.555.000,00
TOTAL	12.232.163,89	23.700.000,00

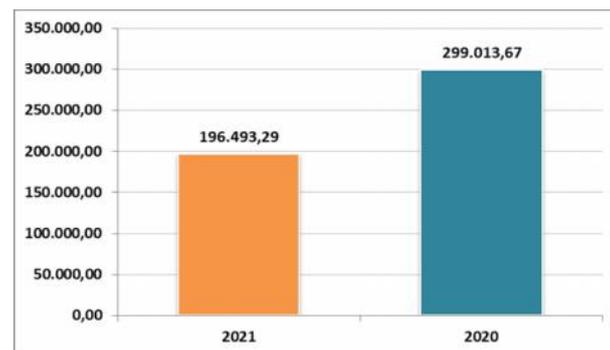
NOTA 18: Os Bens Intangíveis são bens incorpóreos que objetivam a manutenção da Autarquia. A Amortização desses Bens está em trabalho de implantação no Sistema PMM – Módulo Patrimônio, em observância ao atendimento disposto no Decreto Municipal n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015.

INTANGÍVEL	2021	2020
Software	2.632.556,85	2.569.156,85
TOTAL	2.632.556,85	2.569.156,85

NOTA 19: Os valores da Compensação do RPPS junto ao RGPS referem-se a parte da obrigação de pagamento ao INSS da competência novembro/2021.

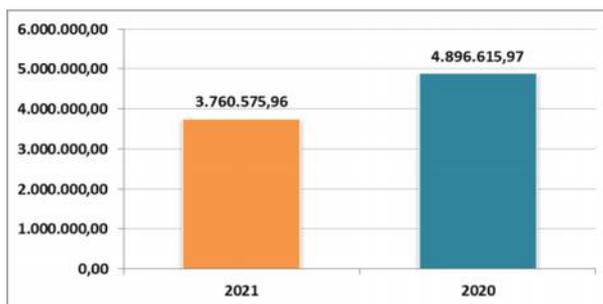
Os Encargos Sociais a Pagar correspondem às obrigações do PASEP (1% da receita arrecadada), que é essencial à continuidade da prestação de serviços e atividades operacionais. O valor registrado refere-se à competência de Dezembro/2021.

OBRIG. TRAB. PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR CP	2021	2020
Salários, Remunerações e Benefícios do Exerc	-	12.110,18
Compensação do RPPS Junto ao RGPS	585,52	-
Contribuição FUNSERV	-	4.593,91
Encargos Sociais a pagar - Pasep	195.907,77	282.309,58
TOTAL	196.493,29	299.013,67



NOTA 20: Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são despesas referentes a contratos de fornecimento e serviços, e valores referentes à Taxa de Administração da competência Dezembro/2021:

FORNECEDORES NACIONAIS	2021	2020
Fornecedores a Pagar	3.760.575,96	4.896.615,97
TOTAL	3.760.575,96	4.896.615,97



NOTA 21: As provisões a curto prazo registram valores referentes aos precatórios 2021 e são ordens de pagamento de valores resultantes de condenações judiciais em processos em que a Manaus Previdência é parte. Em sua maioria tratam-se de valores retroativos de benefícios previdenciários.

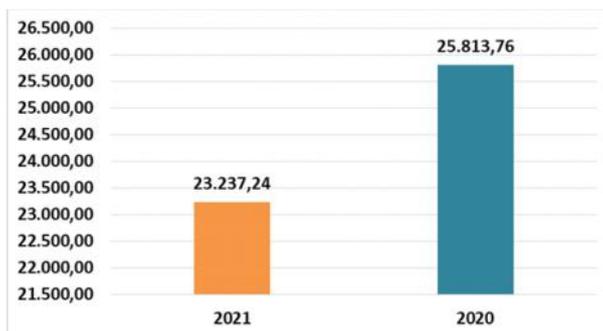
PROVISÕES A CURTO PRAZO	2021	2020
Provisão para Precatórios	800.899,52	-
TOTAL	800.899,52	-

NOTA 22: As Demais Obrigações a Curto Prazo registram percentual (%) apurado em cima de valores contratuais, discriminados nos Termos de Contratos, sendo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2021	2020
<u>Depósitos não Judiciais</u>	-	-
Depósitos e Cauções	13.021,47	11.976,43
TOTAL	13.021,47	11.976,43

NOTA 23: Os Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo são despesas referentes a fornecedores de serviços essenciais à continuidade dos trabalhos administrativos, registrados em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, destacam-se:

FORNECEDORES NACIONAIS	2021	2020
Fornecedores a Pagar	23.237,24	25.813,76
TOTAL	23.237,24	25.813,76



NOTA 24: (Informações repassadas pela empresa Brasilis Consultoria - responsável pelos dados Thiago Costa Fernandes, atuário MIBA 100.002)

O Passivo Atuarial, outra denominação para as Provisões Matemáticas Previdenciárias, representa as obrigações da Manaus Previdência no âmbito atuarial. Representa em sua totalidade os recursos necessários para a sustentação do Fundo de Benefícios Previdenciários durante a vida do segurado e seus dependentes, definido em Lei do ente instituidor, calculado atuarialmente e expresso a valor presente. É determinado pela soma da Reserva Matemática de



Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros.

O Relatório posicionado em 31/12/2021 relativo à Avaliação Atuarial do exercício de 2022 foi elaborado em conformidade com os parâmetros definidos pela Portaria MF nº 464/2018. Foram utilizadas as seguintes hipóteses nos cálculos atuariais: Taxa de Juros Real – FPREV: 4,93% a.a., Taxa de Juros Real – FFIN: 4,80% a.a., Taxa de Crescimento Salarial Real: 1,00% a.a., Taxa de Crescimento de Benefícios Real: 0,00% a.a., Taxa de Despesas Administrativas: 2,00% a.a, Tábua de Mortalidade Geral: GAM-94, Tábua de Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS, Tábua de Mortalidade de Invalídios: GAM-94. As tábuas de Mortalidade foram definidas pelo Estudo de Aderência de Hipóteses Biométricas da MANAUS PREVIDÊNCIA. As taxas de juros do FPREV e FFIN foram definidas em conformidade com a taxa de juros parâmetro definida na Portaria SPREV nº 6.132, de 25 de maio de 2021, tendo por base a duração do passivo dos respectivos Fundos.

RESERVA MATEMÁTICA	2021	2020
Passivo		
(3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) = Provisões Matemáticas Previdenciárias	1.495.936.710,03	1.461.305.391,64
Plano financeiro		
(3) Provisões de Benefícios Concedidos	234.677.453,06	234.125.059,44
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do plano	3.882.923.608,10	3.072.785.687,05
(-) Contribuições do ente	-	-
(-) Contribuições do aposentado	99.483.304,96	57.428.214,25
(-) Contribuições do pensionista	13.721.030,30	5.917.529,08
(-) Compensação previdenciária	-	-
(-) Cobertura de insuficiência financeira	3.535.041.819,78	2.775.314.884,28
(4) Provisões de Benefícios a Conceder	0,00	0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do plano	7.272.250.441,07	7.202.029.612,47
(-) Contribuições do ente	750.569.000,39	399.530.892,38
(-) Contribuições do servidor	600.118.245,77	439.419.514,22
(-) Compensação previdenciária	-	-
(-) Cobertura de insuficiência financeira	5.921.563.194,91	6.363.079.205,87
Plano previdenciário		
(5) Provisões de Benefícios Concedidos	735.150.616,06	610.336.340,29
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do plano	790.238.671,17	651.392.794,32
(-) Contribuições do ente	-	-
(-) Contribuições do aposentado	10.960.303,77	6.888.463,64
(-) Contribuições do pensionista	18.990.823,90	7.333.143,44
(-) Compensação previdenciária	25.136.927,44	26.834.846,95
(-) Aportes Financ. para Cobertura do déficit atuarial	-	-
(6) Provisões de Benefícios a Conceder	514.792.460,98	606.002.874,49
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do plano	1.543.399.712,22	1.467.309.896,80
(-) Contribuições do ente	445.105.950,85	402.057.106,74
(-) Contribuições do servidor	460.029.323,41	312.518.925,89
(-) Compensação previdenciária	123.471.976,98	146.730.989,68
(7) Plano de Amortização	-	-
(8) Prov. Atuariais para ajustes do Plano Financeiro	-	-
(9) Provisões Atuariais para ajustes do Plano Previd.	11.316.179,93	10.841.117,42
(+) Ajustes de Resultado Atuarial Superavitário	11.316.179,93	10.841.117,42

NOTA 25: Os valores de Demais Obrigações a Longo Prazo registram:

- Os valores referentes a impostos e encargos sociais a recolher registrados pelo regime de competência de exercícios anteriores, assim sendo:

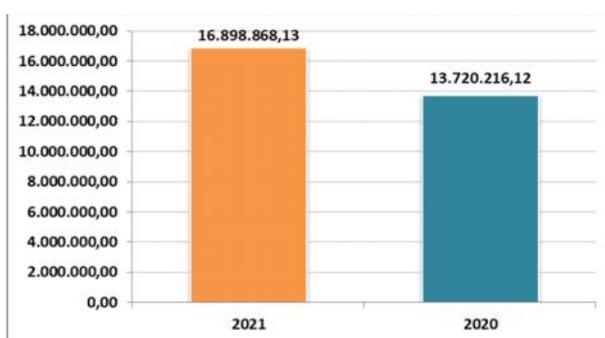
VALORES RESTITUIVEIS	2021	2020
RPPS – Retenções Sobre Vencimentos e Vant.	260,73	260,73
INSS	5.623,89	5.623,89
IRRF	16.048,27	16.048,27
Pensão Alimentícia	5.984,27	5.984,27
Planos de Previdência e Assistência Médica	13.547,20	13.547,20
Retenções – Entidades Repres. de Classe	28.366,11	28.366,11
Retenções – FUNSERV/MANAUSMED	1.543,84	1.543,84
INSS – Fornecedor	1.475,76	1.475,76
IRRF PJJ/PF	406,35	496,35
ISS – PF/PJ	58,00	58,00
FUMIPEC	447,05	447,05



TOTAL	73.761,47	73.851,47
-------	-----------	-----------

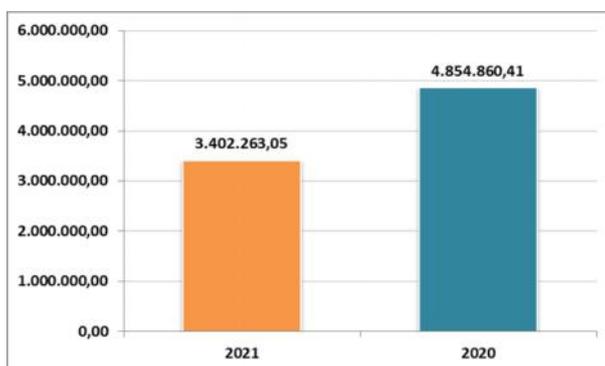
As Provisões de Perdas Judiciais são referentes aos processos judiciais em que a Manaus Previdência - MANAUSPREV é parte, integrando o polo passivo da ação. Grande parte dos processos discutem valores cujos segurados/pensionistas pretendem receber a título de concessão e revisão de benefícios previdenciários com pagamentos retroativos. Mas também há processos de outra natureza, que discutem, por exemplo, indenização por danos morais, adjudicação compulsória, nomeação em cargo público, pagamento de verbas trabalhistas e concessão de adicional por tempo de serviço. Neste exercício de 2021, os valores registrados foram de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25:

PROVISÕES DE PERDAS JUDICIAIS	2021	2020
Provisões para Perdas Judiciais até 60%	16.898.868,13	13.720.216,12
TOTAL	16.898.868,13	13.720.216,12



NOTA 26: Nos Resultados Acumulados são apresentados valores na situação patrimonial líquida da Autarquia, já refletidas as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. O Resultado do Exercício apresentou um déficit de R\$ -1.452.597,36 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos) negativos, impactados diretamente por diversos fatores de variação, que podem ser conferidos no Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

RESULTADOS ACUMULADOS	2021	2020
Resultado do Exercício	(1.452.597,36)	(10.614.380,11)
Resultado de Exercícios Anteriores	4.854.860,41	15.469.240,52
TOTAL	3.402.263,05	4.854.860,41

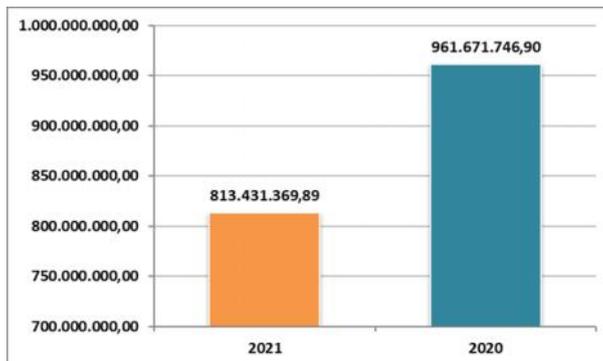


NOTA 27: Quadro Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro é apurado no fim de cada exercício para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4320/64, e registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de



recursos (por Unidade Gestora), conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

DEMONSTRATIVO SUPERÁVIT/DÉFICIT	2021	2020
Fundo Previdenciário	781.576.635,68	931.032.024,69
Fundo Financeiro	23.590.674,98	24.735.239,54
Taxa de Administração	8.264.059,23	5.904.482,67
TOTAL	813.431.369,89	961.671.746,90

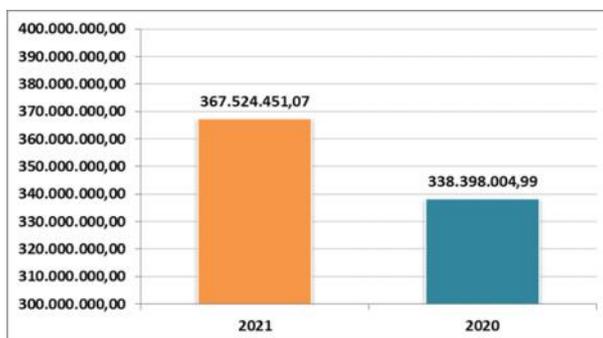


3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É previsto no art. 104 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, onde demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio desta Autarquia, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

NOTA 1: Contribuições Sociais apresentam valores referentes às receitas de contribuições: servidor e patronal (intraorçamentários), outras receitas correntes: outras receitas e outras contribuições sociais: parcelamentos (intraorçamentários).

CONTRIBUIÇÕES	2021	2020
Contribuições Sociais – RPPS		
Contribuição do Segurado ao RPPS	145.135.508,74	143.536.637,11
(-) Restituições/Processos	(107.114,37)	(967.407,21)
Outras Contribuições Sociais	974.840,49	1.144.919,71
Contribuições Sociais – RPPS – Intra		
Contribuições Patronais – RPPS – Intra.	203.949.518,49	179.629.086,23
(-) Restituições – Intra	(6.534,92)	(2.144,89)
Outras Contribuições Sociais – Intra	17.578.232,64	15.056.914,04
TOTAL	367.524.451,07	338.398.004,99

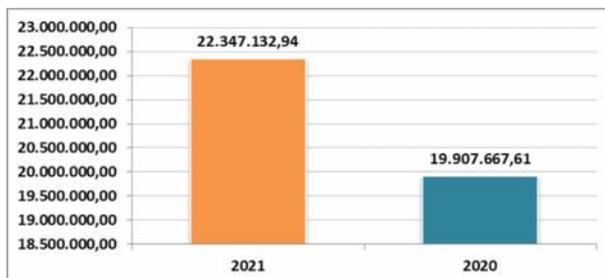


NOTA 2: Registram valores referentes ao recebimento de 2% da Taxa de Administração oriundos dos Fundos Previdenciário e Financeiro, conforme Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da



Secretaria do Tesouro Nacional - STN da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

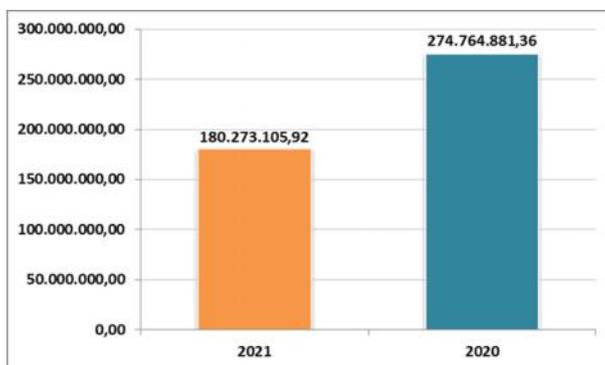
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2021	2020
Taxa de Serviços Administrativos – RPPS	22.347.132,94	19.907.667,61
TOTAL	22.347.132,94	19.907.667,61



NOTA 3: As Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras foram registradas conforme:

- Remuneração de Aplicações Financeiras – registram as receitas orçamentárias referentes a arrecadação dos rendimentos com as aplicações financeiras, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos aos RPPS;
- Aplicação em Segmento de Renda Fixa e Renda Variável – registram valores de variações patrimoniais aumentativas – VPA decorrentes dos “ganhos” com aplicações financeiras, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos aos RPPS;
- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – registram multas e juros de mora referente as contribuições previdenciárias pagas em atraso e aos parcelamentos da PMM/CMM junto a esta Autarquia.

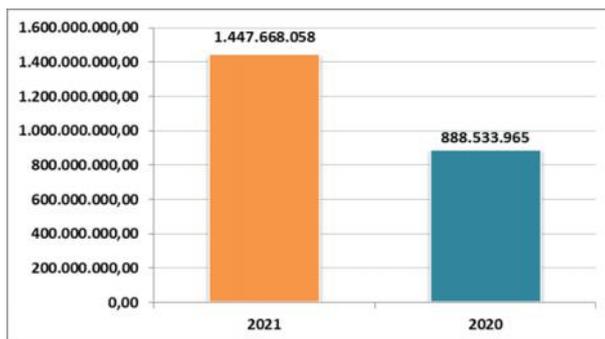
AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2021	2020
Remuneração de Aplicações Financeiras	9.669.406,49	8.077.981,97
Aplicação em Segmento de Renda Fixa	27.863.978,48	70.658.777,11
Aplicação em Seg.de Renda Variável	135.461.192,45	191.694.570,06
Outas Variações Patrim. Aumentativas	7.278.528,50	4.333.552,22
TOTAL	180.273.105,92	274.764.881,36



NOTA 4: Transferências Recebidas evidenciam os lançamentos com movimentação financeira do rendimento do cartão adiantamento, resgates dos investimentos, transferências de curto prazo para longo prazo, recebimento de recursos para cobertura de insuficiência financeira - aporte, conforme:



TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2021	2020
Transferência Recebida para a Execução Orçamentária – Intra	2.050,80	340,34
Transferências Financeiras Recebidas Indep.da Execução Orçamentária – Intra	1.007.474.733,75	799.232.840,98
Transferências não Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	389.423.466,09	45.440.026,51
Incorporação/Desincorporação de Saldos Não Financeiros	63.400,00	-
Transferência Recebida para Aporte de Recursos	50.704.407,00	43.860.756,76
TOTAL	1.447.668.057,64	888.533.964,59

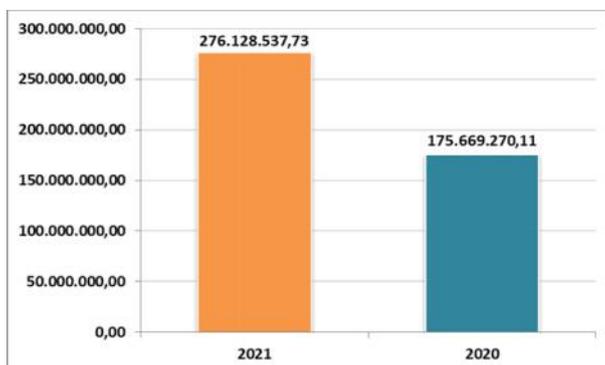


NOTA 5: Registram valores referentes as reavaliações de imóveis.

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	2021	2020
Reavaliação de demais bens imóveis	14.981.860,97	-
Cancelamento de RAP Proc. de Exerc. Anteriores	-	16.238,57
TOTAL	16.238,57	16.238,57

NOTA 6: Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas demonstram valores referentes às restituições financeiras e compensação previdenciária, assim como a reversão das provisões, conforme quadro a seguir:

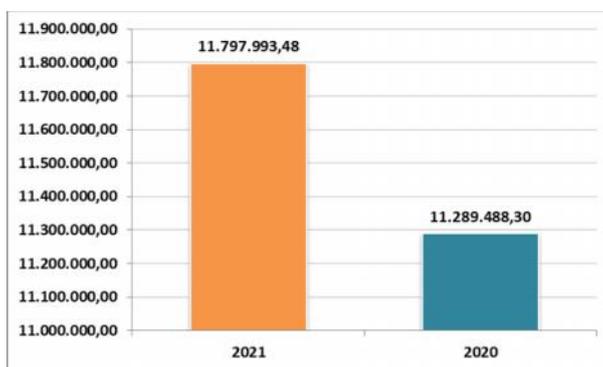
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020
Reversão de Provisões	267.430.938,51	167.387.153,70
Indenizações e Restituições Diversas (Transferência Financeira)	-	8.251.364,97
Compensação Financeira entre regimes	87.979,88	-
Reposição/Restituições descontadas em folha de pagamento	69.369,72	30.605,58
Restituição do RPPS	153,81	145,86
Indenizações e Restituições Diversas	8.540.095,81	-
TOTAL	276.128.537,73	175.669.270,11



NOTA 7: A conta de Pessoal e Encargos trata-se de valores referentes à folha de pagamento e seus encargos, assim como auxílio-transporte e alimentação e processos de decisões judiciais.

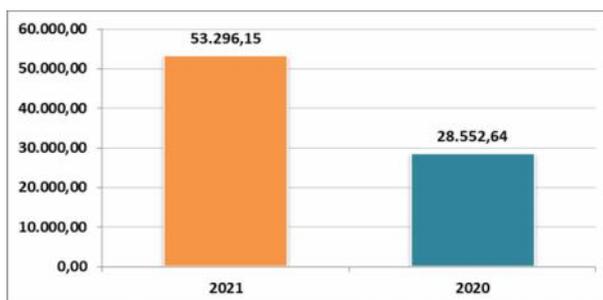


PESSOAL E ENGARGOS	2021	2020
Remuneração a Pessoal		
Vencimentos e Vantagens Fixas	8.024.703,35	8.085.437,32
Outras Despesas Variáveis	246.862,13	247.051,66
Remuneração a Pessoal Ativo Civil		
Sentenças Judiciais	8.960,55	-
Encargos Patronais		
Encargos Patronais RPPS	819.657,46	872.162,55
Encargos Patronais RGPS	2.546.143,39	1.921.282,77
Benefícios a Pessoal		
Auxílios Transporte/Alimentação	151.666,60	163.554,00
TOTAL	11.797.993,48	11.289.488,30



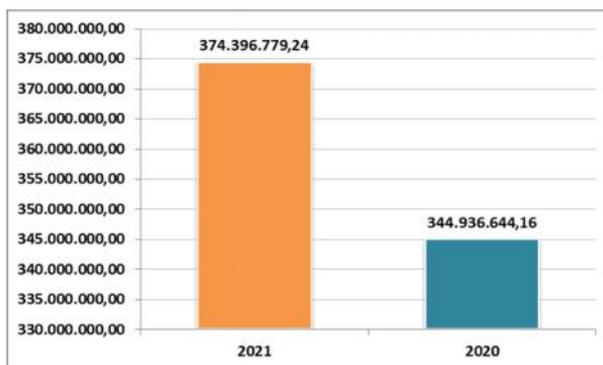
NOTA 8: Em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos, registra valores referentes a indenizações e restituições trabalhistas, assim como honorários advocatícios.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	2021	2020
Honorários Advocatícios	10.142,31	-
Indenizações e Restituições Trabalhistas	43.153,84	28.552,64
TOTAL	53.296,15	28.552,64



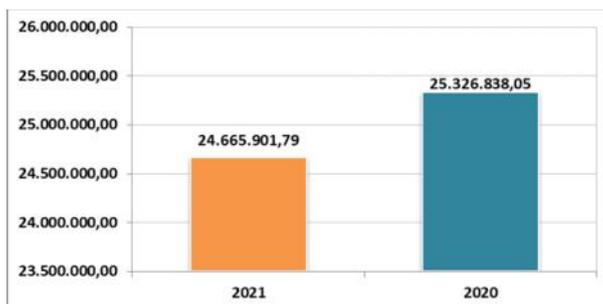
NOTA 9: Apresentam valores referentes a Benefícios Previdenciários: Aposentadorias, Pensões e Salário-Família, incluindo décimo terceiro salário.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2021	2020
Aposentadorias	308.336.070,46	289.712.333,15
Pensões	66.058.504,17	55.223.776,19
Salário Família	2.204,61	534,82
TOTAL	374.396.779,24	344.936.644,16



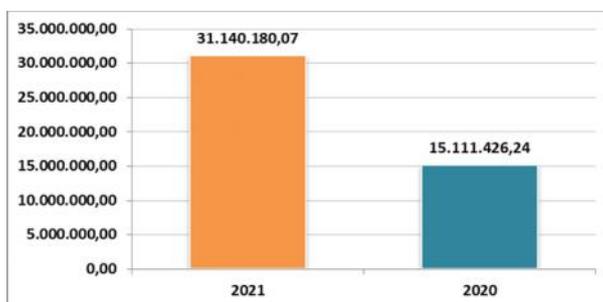
NOTA 10: Os valores abaixo especificados representam registros pela competência destacando-se: o material requisitado, diárias, restituição à pessoa física, serviços de terceiros pessoa jurídica, taxa de administração por fundo, depreciação de bens móveis dentre outras:

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2021	2020
Uso de Material de Consumo	32.281,32	24.947,57
Serviços	24.368.585,34	25.021.592,64
Depreciação, Amortização e Exaustão	265.035,13	280.297,84
TOTAL	24.665.901,79	25.326.838,05



NOTA 11: No registro das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras incluem valores referentes às baixas de créditos inscritos desta Autarquia, incluindo os parcelamentos das contribuições previdenciárias e créditos a receber por pagamento indevido de benefícios previdenciários.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2021	2020
Baixa de Créditos Inscritos	31.140.180,07	15.111.426,24
TOTAL	31.140.180,07	15.111.426,24



NOTA 12: Nas Transferências e Delegações Concedidas, registram:

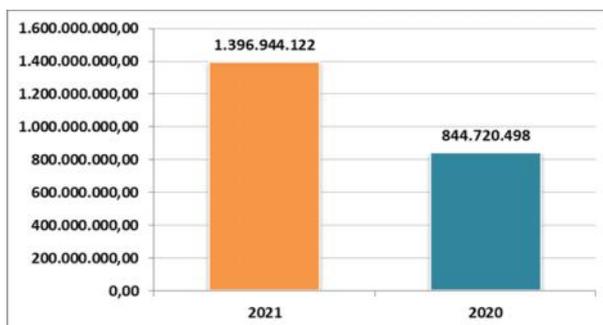
- Transferências Intragovernamentais, valores referentes a destaque concedido para Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia



da Informação relativo a utilização de links de dados da empresa EyesNWhere, para Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD para o custeio com fornecimento de combustível e rendimentos auferidos da aplicação do cartão de adiantamento.

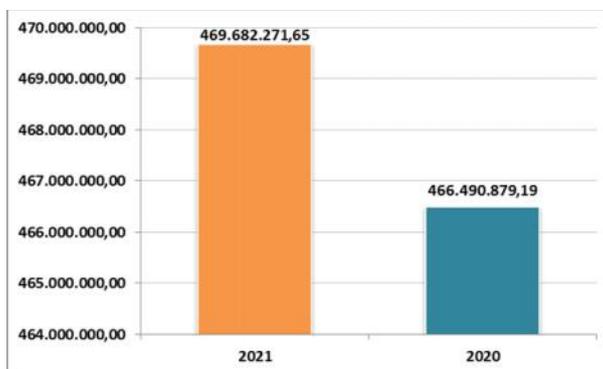
- Transferências a Instituições Privadas, os valores são referentes às bolsas e auxílios transportes do programa de estágio de nível superior com o INSTITUTO EUVALDO LODI.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2021	2020
Transf. Intragovernamentais		
Transferência Concedida para Execução Orçamentária – Intra	39.897,21	35.893,09
Transferência Concedida Independente da Execução Orçamentária	1.243.945.115,87	802.880.732,30
Transferência Não Financeira Concedidas Independente da Ex. Orc.	152.953.083,97	41.798.466,17
Transferências a Inst. Privadas		
Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	6.025,00	5.406,75
TOTAL	1.396.944.122,05	844.720.498,31



NOTA 14: São valores das Constituições de Provisões referentes às provisões matemáticas atuariais, provisão de perdas de investimentos curto e longo prazo, provisão de perdas judiciais, compensação financeira entre regimes previdenciários e das diversas variações patrimoniais diminutivas referente à devolução da sobra da Taxa de Administração para cada fundo.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020
VPD de Constituição de Provisões	463.734.381,20	455.348.011,93
Diversas Variações Patrimoniais Diminut.	5.947.890,35	11.142.867,26
TOTAL	469.682.271,65	466.490.879,19



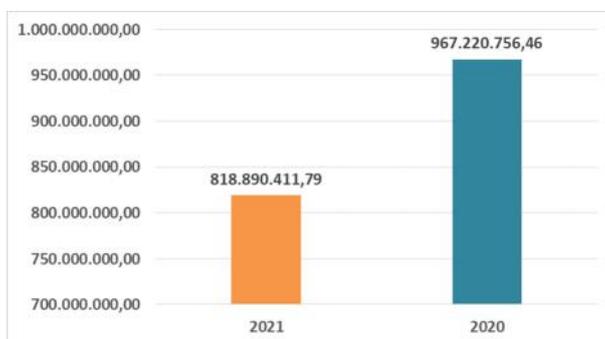
3.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com a elaboração das demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08, e em cumprimento



ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, o Fluxo de Caixa permite a avaliação de capacidade para gerar equivalentes de caixa em situações de liquidez imediata e apresentam as entradas e saídas classificadas em fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos. É elaborado pelo método direto e evidencia as operações que ocorrem na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

DFC – DEMONST.DO FLUXO DE CAIXA	2021	2020
Saldo em Espécie do Exercício Inicial	967.220.756,46	893.600.124,14
Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL	967.208.780,03	893.571.611,17
Depósitos Restituíveis e Val.Vinc.Inicial	11.976,43	28.512,97
Fluxo de Caixa Líquido das Ativ.Operacionais	(148.297.071,07)	73.908.259,52
Fluxo de Caixa das Ativ.de Investimento	(33.273,60)	(287.627,20)
Saldo em Espécie do Exercício Final	818.890.411,79	967.220.756,46
Caixa e Equivalente de Caixa FINAL	818.874.792,62	967.208.780,03
Depósitos Restituíveis e Val.Vinc.Final	15.619,17	11.976,43



MANAUS (AM), 31 DE DEZEMBRO DE 2021.